

Modos de participar: irreverências e interferências numa escola de educação profissional e tecnológica

Ways to Participate: irreverence and interference in a school of Professional and Technological Education

Cynthia Krüger Quinino Marciano Laurindo; Ana Lucia Coelho Heckert

Instituto Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO:

Este artigo compartilha os movimentos e alguns resultados de uma pesquisa de Mestrado que buscou acompanhar os modos de participar dos estudantes e suas interferências nos processos de formação e gestão no Ifes – Campus Serra/ES. Este percurso de pesquisa foi construído a partir dos referenciais da pesquisa-intervenção e aconteceu por meio da tessitura de conversas com participantes de movimentos sociais, estudantes e trabalhadores desta Escola. Neste artigo debatemos as formas de participação não institucionalizadas efetuadas por estudantes, partilhando as produções do jornal *No Muro*. Concluímos apontando que estes modos de participar interferem nos processos de formação e gestão do Ifes e colocam em análise práticas cotidianas, muitas vezes silenciadas no cotidiano da Escola.

Palavras-chave: participação estudantil; educação; políticas públicas.

ABSTRACT:

This article shares the steps and some results of a Master's thesis that aimed at monitoring students' participation and interferences in the training and management processes at the Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – Campus Serra, in the state of Espírito Santo (ES), Brazil. The research path was built from the references of the intervention research, which happened through conversations with social movements participants, as well as students and workers of the institution. In this article, we discuss non-institutionalized ways of students' participation by sharing the productions of a newspaper called *No Muro*. We conclude that these ways of participation interfere in the institutional processes of formation and management and put daily practices – usually silenced by the school routine – into analysis.

Key-words: students' participation; education; public policies.

DOI: 10.12957/mnemosine.2021.61845

A participação como modo de caminhar

O percurso que aqui compartilhamos fala de muitos encontros e caminhos como Trabalhadora Social nas muitas encruzilhadas macro e micropolíticas dos espaços de gestão da política de Educação. Os processos de participação foram os fios condutores da pesquisa que efetuamos na direção do exercício de outros fazeres no âmbito da educação, em meio ao modo como as políticas estatais são operadas e as interferências¹ que fabricam desvios em tais políticas.

Recentemente atuamos em uma escola de Educação Profissional e Tecnológica, o Ifes – Campus Serra/ES², numa cidade que é construída cotidianamente por muitas lutas e movimentações populares frente aos processos de desigualdade, pobreza e violências diversas, vivenciados por suas moradoras e seus moradores.

Reconhecemos que o Ifes preconiza a gestão democrática com a participação social e política prevista como princípio e ato em todos os processos de Ensino, Pesquisa e Extensão, que se apresentam como meio importante para a construção permanente de outras composições estudantis. Não há, porém, garantias. Como Foucault (1979) salienta, é neste jogo de forças da democracia que as relações de poder são circunstancialmente tecidas, de acordo com o tempo e o lugar. Nessa perspectiva, outras modulações podem ser feitas: tanto aquelas que reafirmam os modos hegemônicos, como aquelas que produzem problematizações, desestabilizando os ritos, lugares e prescrições e possibilitam resistências que interferem e criam outros territórios de escuta e troca e, em especial, outros tempos e formas de subjetivar a realidade, interrogando-a (HECKERT; ROCHA, 2012).

Assim, nesta realidade escolar buscamos escapar de certos modos de pensar-fazer a *participação* prescrita, condicionada na atual *gestão democrática*. Fomos potencializadas pelo encontro com as formulações de Cláudia Abbês Neves (2002; 2004), e seu conceito *interferências*, que contribuiu para a construção de atalhos e desvios nos modos de pensar a participação e suas conexões com os processos formativos e de gestão. Optamos por fazer escolhas em direção a afirmar outro caminhar ético-político: tomamos a participação, formação e gestão como efeitos de um processo de produção de subjetividade sempre coletivo, histórico e engendrado por múltiplos vetores inseparáveis do campo da Escola (HECKERT; BARROS, 2012).

Daí, compreendemos a *formação* como um processo de produção de uma multiplicidade de materiais heterogêneos, que contempla a produção de novos saberes e de

outras formas de ação, que não sejam pautadas em dicotomias desqualificadoras e intimidatórias, presentes em nossa realidade social e escolar (OLIVEIRA, 2004). O ato de “gerir” se difere de “gerenciar” e se situa como “ponto de encontro entre sujeito (trabalhador-educador) e objeto (trabalho pedagógico), colocados em relação de intercessão e de interferência um sobre o outro, e não podendo ser pensados fora desta mesma relação” (BARROS; FONSECA, 2009: 49-50). Dessa maneira, afirmamos nossa escolha em compreender o “formar” e o “gerir” como coproduzidos num mesmo plano de constituição.

Neste percurso de pesquisa, além das conversações efetuadas com estudantes do Ifes, buscamos conversações com mulheres participantes de movimentos populares que nos apresentaram o território da Serra a partir de suas memórias e histórias de lutas e participação social nestes movimentos que ainda re-existem no município, suscitando outros movimentos em nosso campo de trabalho – o Ifes Campus Serra.

Destas conversas, conectada ao nosso percurso como Trabalhadora Social-Pesquisadora, vivemos movimentações intensas frente aos cortes de verba no ano de 2019, participamos de atos em favor da educação pública e acompanhamos algumas interferências e irreverências estudantis, como o jornal *No Muro*, que iremos compartilhar mais adiante neste artigo.

O município de Serra e a emergência do Ifes – Campus Serra: histórias e memórias intensivas de participação social

Como já dito, nossa atuação como Trabalhadora Psicóloga acontece em um campus da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em que a competitividade e a produtividade são as marcas evidentes na formação ofertada, situado na cidade de Serra/ES, que vem sendo construída em meio a muitas lutas, resistência e participação popular desde sua formação.

Estas histórias e memórias de lutas persistem no território serrano e se veem convocadas em meio ao processo de desenvolvimento econômico capixaba, na passagem de estado agrário-exportador a urbano-industrial (PAULINO, 2009), frente às muitas desigualdades sociais vividas, expressas no descaso do poder público da Serra frente às carências urbanas e à exclusão das camadas populares das supostas benesses advindas do desenvolvimento econômico engendrado.

Seguir as *interferências* dos movimentos populares foi uma opção política, ética e metodológica, pois apostamos que foram estas movimentações que inauguraram direitos sociais

e políticos, fazendo a máquina estatal lidar com limites em seu funcionamento, ao mesmo tempo em que experimentam capturas e esvaziamentos. A força das movimentações populares foi o que construiu a Serra, como afirmou Dona Rosa Maria Nascimento Miranda:

[...] mas sempre desde que eu cheguei aqui eu sempre fui assumindo um pouco das experiências, das histórias, tá entendendo?! Do povo daqui. Isso é uma das questões, a gente fica muito inserida, muita discussão. Eu não sei se eu sou sensível, ou se as coisas acontecem, as coisas acontecem e vêm cair aqui dentro de casa, talvez seja isso, eu não sei o que que tem, porque as coisas vêm cair aqui dentro de casa, todo mundo aqui em casa, os meninos é muito envolvido nas experiências [...] nesse lugar que a gente foi traçando, tá entendendo, a experiência desse jeito.

Atualmente, nosso presente é interpelado por essas histórias e memórias intensivas de lutas, resistências e participação do povo serrano. Apesar de certo apaziguamento e de outras forças se fazerem presentes, seus moradores e moradoras ainda lutam e tensionam as ordens hegemônicas no enfrentamento diário de diferentes adversidades advindos deste processo acelerado e desordenado de ocupação de seu território, como o aumento da violência, a continuidade de ocupações desordenadas, a forte desigualdade socioeconômica, a crescente demanda por políticas públicas, entre outras (SERRA, 2018).

Apesar da cidade de Serra sediar grande parte das indústrias do estado do Espírito Santo, se destacando dentre os municípios que mais crescem, estas fragilidades ainda persistem e acometem sua população que se autodeclara em sua maioria como negra, cerca de 67,2% (SERRA, 2018), compondo um dos maiores contingentes populacionais de negros(as) do estado do ES.

Infelizmente, esses grupos vivenciam cotidianamente situação de extrema pobreza, violência urbana, com forte presença do tráfico de drogas e de milícias armadas (SERRA, 2018), em que as maiores vítimas são os jovens negros periféricos, como bem observado por Marta Falqueto:

Pesquisadora: E como você vê essa questão hoje, falando do município mesmo em relação à violência, é um assunto que sempre se coloca aqui pra Serra ainda, homicídio de jovens negros, né ?!

Marta: É uma disputa pela vida constante, então o mais fraco é quem vai perder sempre. Então aí possibilitou a organização das milícias internas nos bairros, eu chamo de milícia porque são grupos que são armados, e aí na hora de fazer o confronto, porque eles não querem saber se vão, porque eu sempre digo, pela campanha do desarmamento, porque a arma não foi feita pra proteger a vida de ninguém, ela foi feita pra matar. Ou ela mata o seu inimigo ou ele te mata, ela foi feita pra isso. Então essa desorganização gerou isso.

Mas sabemos que, em meio a estas adversidades, a Serra ainda re-existe e fortalece sua história de lutas. É neste território vivo, marcado por contradições socioeconômicas e lutas vivenciadas cotidianamente, que os ventos do “progresso e inovação” vieram soprar dando corpo ao que viria a ser uma Escola de Educação Profissional e Tecnológica.

Desde os processos iniciais da formação profissional e tecnológica no território brasileiro em 1909, a oferta de ensino profissional primário e gratuito demonstrava, segundo Peixoto (2009: 39-40), uma “[...] tendência de qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho [e o] [...] estigma da oferta de uma educação fragmentada e desigual, para atender às camadas econômica e socialmente mais baixas”, tendo como efeito direto a manutenção da divisão de classes.

Percebemos ao longo das mudanças autárquicas da Instituição, partindo da Escola de Aprendizes de Artífices (1909) até chegar aos tempos atuais como Instituto Federal do ES (2008), que o Ifes vem se consolidando na formação de trabalhadores para o ingresso no mercado de trabalho, intimamente vinculado aos arranjos produtivos locais, em que “[...] a qualidade e a eficiência, características tão prezadas e difundidas, muitas vezes, mascaram o sofrimento e a lógica produtivista do capitalismo, das capacitações que valorizam apenas a técnica e a formação de mão de obra para o mercado de trabalho” (ALTOÉ, 2019: 56). Tal “missão” se alterna com uma educação “salvadora da sociedade”, responsável pela produção de “cidadãos(ãs) críticos(as) e conscientes”, acabando por se colocar como um Equipamento Social Público que opera por seletividade e alimenta noções do suposto fracasso e incompetência das camadas mais pobres da população, se desvinculando de processos que a engendram como espaço de formação nesta realidade neoliberal contemporânea que compõe a fabricação do sujeito “empreendedor de si”³.

Nos anos 2000, mesmo diante das limitações previstas pelo decreto n.º 2.208/1997, que separava a oferta de educação profissional e disciplinas propedêuticas, o que evidencia os efeitos neoliberais nos rumos da Educação Profissional e a manutenção da dualidade formativa na Educação, a UNED Serra, hoje chamada Campus Serra, iniciou suas atividades com oferta dos cursos técnicos de Automação Industrial e Informática. Mas, ao que parece, este processo se efetuou de forma apartada dos movimentos comunitários e das demandas dos moradores do município, como bem observou Dona Rosa Maria Nascimento Miranda:

Eu achei que foi muito assim, criou-se aquilo aqui para mim que quando eu passava, que via, para que criar aquela escola no meio do mato? Por que não colocaram em outro ambiente? Por que pegaram uma escola e colocaram ela num lugar de difícil acesso?

Atualmente, a maioria de nossos estudantes se reconhece como homem (79%) e é moradora do município da Serra, que tem sua população basicamente formada por negras e negros. Frente a este dado, curiosamente, nossos estudantes se reconhecem primeiramente como “pardos”, 44%, seguidos dos estudantes brancos, que representam 39%; somente 10,6% se declaram de cor/raça “preta” (IFES, CAMPUS SERRA, 2020).

Nesta direção, reconhecemos que estes dados não vêm sendo analisados mais densamente junto com outras informações importantes, como as ações da “Política de Ações Afirmativas”⁴ implantada nesta Escola. Além disso, mesmo que como Equipe de Assistência Estudantil até o momento não tenhamos recebido nenhum relato formal de estudantes sobre práticas racistas vivenciadas no Campus Serra, não podemos nos furtar a apontar que esse processo de autorreconhecimento/autodeclaração emerge em meio à construção das noções de raça, racismo, etnia e identidade com as marcas históricas e políticas de seus tempos, lugares e disputas conceituais. Esses dados sobretudo nos falam de nossa dificuldade como Trabalhadores da Educação em estabelecer uma escuta atenta às nuances do racismo.

A pesquisa realizada nos fez perceber que o racismo e suas expressões operam cotidianamente nesse Campus: seja na Assistência Estudantil, quando essa informação acerca da autodeclaração de estudantes não é evidenciada, seja nos dados gerais dos estudantes participantes desta Política, seja no fato de os próprios estudantes se autodeclararem em sua maioria como “pardos”. Ainda percebemos que a questão étnico-racial no Campus Serra tem destino certo, sendo compreendida como de responsabilidade dos membros do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). Essas questões reiteram entre nós a vigência de uma suposta “identidade mestiça brasileira”, que mantém esse debate étnico-racial amortizado e silenciado. Tais processos nos dão pistas de como as práticas racistas e sexistas constroem nosso cotidiano escolar, deixando marcas que são sorrateiramente desconsideradas no processo formativo vivenciado pelos estudantes e seus familiares.

Os caminhos e encontros que construíram nossa pesquisa

Neste contexto escolar os objetivos dessa pesquisa consistiram em acompanhar os modos de participar estudantis que são engendrados no Ifes – Campus Serra, por meio da realização de conversas sobre os processos de participação, suas modalidades e as interferências dessas ações estudantis no cotidiano do Ifes. Também buscamos mapear e favorecer outras práticas e processos de participação estudantil coletivos⁵ nas práticas de gestão do Ifes.

Ao nos enveredarmos pelos processos de participação nessa Escola de Educação Profissional e Tecnológica, o caminhar foi necessariamente labiríntico, em que cada certeza era problematizada e transformada num próximo passo, que nos levava a outros questionamentos, suscitava desvios e a necessária busca por outras companheiras e companheiros de caminhada, que se fizeram presentes e nos apresentaram novos caminhos e jeitos de caminhar.

Assim, este percurso de pesquisa foi traçado nos encontros, movimentações e conversas com participantes de movimentos sociais, estudantes e trabalhadores desta Escola. Foram elas e eles os artífices que traçaram os itinerários, modularam os passos e ritmos, e apontaram as paradas necessárias para acompanhar os modos de participar. Nesse exercício partimos também das referências da pesquisa-intervenção, vislumbrando que a construção dos caminhos e efeitos da pesquisa se davam a partir da interlocução direta com os estudantes, em meio às conversas suscitadas sobre participação estudantil e processos de gestão, pois “[...] pesquisa é, assim, ação, construção, transformação coletiva, análise das forças sócio-históricas e políticas que atuam nas situações e das próprias implicações, inclusive dos referenciais de análise” (ROCHA; AGUIAR, 2003: 72).

Nossas conversas foram explicitamente interessadas, endereçadas e devidamente autorizadas. Partimos de estudantes que participaram das últimas manifestações acerca dos cortes orçamentários da Educação ocorridas no ano de 2019, das quais também participamos como Trabalhadora Psi. Nesse universo estudantil escolhemos quatro sujeitos-chave que nos indicaram outros sujeitos, inspirados na técnica “bola de neve” proposta por Alves (1991: 59), que “[...] consiste em identificar uns poucos sujeitos e pedir-lhes que indiquem outros, os quais, por sua vez, indicarão outros e assim sucessivamente, até que se atinja o ponto de redundância”.

O intuito era conversarmos sobre participação estudantil e os processos de gestão, compondo uma rede de participação. Partimos de um roteiro semiestruturado com as seguintes perguntas disparadoras: Como você compreende a Política de Assistência Estudantil do Ifes – Campus Serra? Como a participação estudantil tem se efetuado nesta escola segundo sua opinião? Qual a relação que você percebe entre os processos de gestão e a participação estudantil no Ifes – Campus Serra? Você gostaria de partilhar alguma experiência vivida no Campus que em sua opinião é expressão de práticas de participação estudantil?

Em cada conversa, outras perguntas eram feitas quando os estudantes iam compartilhando o que vivenciam no Campus Serra em meio ao seu processo de formação acadêmica.

As conversas com mulheres que compõem movimentos comunitários em Serra/ES não estavam previstas em nosso roteiro. À medida que fazíamos as conversas com as/os estudantes, ia tomando nitidez a separação entre o Ifes – Campus Serra e as demandas dos movimentos populares. Ao mesmo tempo, após a qualificação do projeto de pesquisa, foi definido que produziríamos um capítulo situando o município de Serra a fim de analisar as conexões entre o território e a escola. Foi neste percurso que decidimos incluir na pesquisa as conversas com Marta Falqueto e Rosa Miranda, que integram movimentos sociais na Serra. E foram essas conversas que nos mostraram a emergência de uma escola apartada das demandas dos movimentos populares e, de outro lado, conectada aos tempos neoliberais do empreendedorismo e do cultivo do capital humano. Incluir estas conversas nos mostra que os caminhos da pesquisa sofrem interferências intensivas e extensivas.

Além das conversas com estudantes e militantes, a circulação atenta pelos pátios e corredores do Campus levou ao encontro com o jornal *No Muro*, que será apresentado ao final deste artigo. Este jornal interferiu de forma intensiva e extensiva nos rumos da pesquisa realizada, nos fazendo ver, falar, analisar e problematizar práticas naturalizadas que atravessam nosso fazer nesta instituição. Principalmente, evidenciou que os modos de participar não se efetuam exclusivamente por meio de dispositivos formais. *No Muro*, os modos de participar chacoalham a vida neste campus.

A participação e(m) seus múltiplos caminhos

No campo das Políticas de Educação seguimos num exercício que tentava escapar das palavras de ordem e dos clichês que nos fazem andar em círculos ao redor da *participação*, exaltando-a como noção idealizada e como princípio *em si*, que permeia e legitima hermeticamente o processo de gerenciamento-gestão democrática do Ifes com seus mecanismos e ritos prescritos. Nesta problematização, notamos que a participação e sua conexão com a gestão democrática nos apontam certa produção de lugares-saberes-poderes que edificam verdades, sustentam e estimulam repetidamente nosso ato de participar, numa obediência ativa como parceiros importantes na construção desta lógica democrática e participativa.

Nas conversações e movimentações vividas fomos percebendo que os terrenos em que o conceito *participação social e política* se dá são fermentados por outras noções fundamentais, tais como cidadania, democracia, o surgimento do sujeito-cidadão, a sociedade neoliberal, a sociedade civil, as políticas públicas, o controle social, nos aproximando, especialmente, dos

processos de formação e gestão em seus diferentes sentidos assumidos e vividos no campo da Educação. Neste intento, nos aproximamos de concepções filosóficas que concebem a realidade, a existência, em sua potência de variação e que se realiza em um plano histórico-político gerador de uma multiplicidade de modos de existências, ou seja, modos de agir, de sentir, de dizer o mundo. Nesta processualidade emerge a forma-sujeito como efeito (TEDESCO, 2006).

Partimos do exercício efetuado por Fonseca (1997), que traça sua análise pelos “avessos da cidadania”, na tentativa de afirmá-la como produção histórica, como um modo de subjetivação, já que “[...] a subjetividade é essencialmente modelada e fabricada no social” (GUATTARI, 1986: 31). Ela parte da composição do ideário liberal europeu que produziu uma noção de cidadania que lhe corresponde: a renúncia do próprio poder em favor da oferta da segurança; o consentimento em delegar este poder como garantia de preservação da sua propriedade privada; e a dispensa desse poder em nome de uma vontade geral. Desta combinação é que emerge a cidadania ocidental e moderna, como expressão máxima desta aquisição e conseqüente entrega. Noção que vai sendo espaiada como modelo hegemônico, supostamente válido para toda e qualquer sociedade (FONSECA, 1997).

No Brasil, estas composições cidadãs tomam caminhos e olhares diversos, mas nossa atenção se volta para elementos de cidadania, em que nossa herança colonial e escravocrata produz um confronto de forças. Uma suposta “matriz cidadã” expressa por normativas, códigos de postura, que visam ao ordenamento e à higiene social, vislumbrando o progresso da Nação que tem o trabalho como meio para “transformar” os pobres e ex-escravos em cidadãos, e daí controlar a recém-formada classe trabalhadora (FONSECA, 1997).

Esse mesmo movimento forja uma noção de *cidadania* e *participação* restrita, limitada às camadas mais abastadas, sendo excluídas as mulheres, os escravos e os pobres. E, em especial, gera a despotencialização das lutas e dos movimentos empreendidos pelas camadas populares, numa perversa conexão entre pobreza e periculosidade, legitimando desse modo, desde o Período Republicano no solo brasileiro, as ações violentas efetuadas por parte do Estado e voltadas a essa parte da população (FONSECA, 1997).

Nessa esteira, ao longo das décadas de 60 a 80 do século XX, saímos de uma noção de “cidadão” como “aquele que precisa fazer por merecer”, passando pelo “cidadão” como “aquele que precisa saber se comportar e obedecer ao regime” para se manter em “segurança”, via limites e repressões do Estado, até chegar à chamada “nova cidadania”, que a partir da década

de 80 foi sendo assimilada nos espaços institucionais e materializada nas lutas pela conquista de direitos na promulgação da Constituição de 1988 (FONSECA, 1997).

Com a chegada da década de 90, numa realidade diversa e movediça, outras práticas já haviam sido semeadas em meio à dispersão das forças que sustentavam a ditadura militar: “[...] eram as sementes do neoliberalismo sopradas ao vento pelo chamado mundo desenvolvido, fertilizadas [...], ainda no solo da ditadura” (FONSECA, 1997: 75).

Dagnino (2004), efetuando análises em uma perspectiva conceitual diversa de Fonseca (1997), aponta que esta nova configuração acontece na tentativa de superar o antagonismo e embate que marcaram a relação Estado-Sociedade e dá espaço ao exercício de uma ação conjunta, buscando um aprofundar no processo “democrático”. Mas Totorá (2006: 242) faz contrapontos, apontando que a democracia representativa na verdade se configurou como uma modalidade de política para disciplinar as populações, “[...] transformando-as de minorias não-numeráveis em conjunto de majorias numeráveis, contáveis e disciplinadas pelo sufrágio universal”.

Neste contexto, em meio às capturas disciplinares do poder, podemos perceber que as relações entre Estado e Sociedade Civil não são homogêneas e a noção de participação também sofre rebatimentos da reconfiguração da sociedade civil, com a emergência da dita “participação solidária”, o fomento ao trabalho voluntário e à “responsabilidade social” dos indivíduos e das empresas. Aliado a isso, na intenção de “[...] tornar-se parte ativa do processo de decisões que elabora as leis, que faz as políticas que norteiam a atuação das Instituições e Órgãos estatais” (RESENDE; ROSA, 2016: 43), diversos atores da sociedade civil constatarem que, na maioria dos espaços abertos à participação, o que se espera deles é somente a implementação e execução de políticas promovidas pelo Estado, assumindo funções estatais no lugar de compor o processo decisório quanto à formulação dessas políticas. Existe um rito, um lugar, um limite, certa hora e jeito de participar, como destacam Resende e Rosa (2016: 43): “[...] O sujeito político que participa do Estado faz em uma forma e conteúdo específicos, [...] essa participação é sempre disciplinada, guiada e regulamentada”.

Nessa realidade, Heckert e outros (2006) ressaltam que a aposta na criação de canais institucionais de participação popular, como os conselhos de escola, conselhos de controle social das políticas, acabou por se concretizar como mera representação, tornando distantes os canais institucionalizados de decisão da população diretamente envolvida com aquela Política.

Aqui no Brasil o projeto neoliberal efetuou conexões com os espaços e mecanismos de participação construídos e formalizados pela Constituição de 1988, justamente por meio

daqueles setores da sociedade civil. Assim, o fomento e a prática de uma sociedade ativa, propositiva e participativa acabam por convergir perversamente com os projetos participativo e neoliberal, anteriormente antagônicos, mas que agora passam a caminhar juntos. Neste processo vemos que a democracia participativa não substitui a representação política, na verdade a complementa, pois persiste o conflito entre expandir a participação e manter o controle centralizado (RESENDE; ROSA, 2016).

Esse processo de disciplinarização e condução de nossas atitudes e vontades ocorre desde o século XVII, observado pelos estudos de Michel Foucault (1979). Este autor se dedicou a compreender os mecanismos de poder, suas táticas e estratégias, pelos quais somos organizados, disciplinados e (re)conduzidos. Ele trouxe contribuições para efetuarmos análises acerca, inclusive, dos modos pelos quais nos percebemos como indivíduos e nas relações que estabelecemos com o outro. Este processo Foucault nomeou como “governamentalidade”, tipo de poder que governa os homens e a Vida, por meio de uma série de dispositivos, procedimentos, técnicas, saberes e instituições, visando a estabelecer o controle e a segurança (RESENDE; ROSA, 2016). Os fios dessa rede de dominação e controle são inicialmente tecidos a partir do poder soberano, tendo como eixo central a relação soberano-súdito. Neste mecanismo de poder, o governo se exerce mais “sobre a terra e seus produtos do que sobre os corpos e seus atos”, cabendo ao poder se referir à extração e apropriação dos bens e riquezas e se fundamentar na existência física do soberano, que tinha posse exclusiva pela produção e decidia mais sobre “[...] a morte do que gerir a vida” (FOUCAULT, 1979: 188).

Posteriormente, no século XVIII, acontece a integração deste conjunto de técnicas à biopolítica, passando do controle dos indivíduos pelas disciplinas ao controle da espécie. No Estado Moderno, a biopolítica emerge junto ao seu objeto “população”, buscando governar a vida, incluindo-a como parte constituinte do campo de ações das relações de poder, fazendo uso das “técnicas de dominação” aliadas às “técnicas de si”.

Neste sentido, notamos que o Estado moderno constrói a figura do sujeito de direitos – direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais –, por meio de diferentes intervenções estatais e não estatais nos fenômenos relativos à vida da população. Este processo “[...] aproxima diretamente Estado moderno, Políticas ‘Públicas’ e Sujeito de Direitos na construção do elemento subjetivo das políticas públicas” (GUARESCHI; LARA; ADEGAS, 2010: 337), criadas muito mais para gerir a população do que para protegê-la.

Com o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente, e em especial do modelo neoliberal adotado pelos norte-americanos, a partir do século XVIII os princípios e vontades do

funcionamento econômico tiveram como efeito a produção do *homo oeconomicus* como elemento básico da razão governamental neoliberal. Um sujeito capaz de aderir de maneira autônoma e satisfeita às necessidades do mercado, pois passaria a crer que se expandir economicamente é sinônimo de sua liberdade e emancipação. Neste dispositivo neoliberal, a sociedade civil, de forma indissociável, seria um conjunto concreto cujo interior é composto ativamente pelo *homo oeconomicus* para poder administrá-lo convenientemente (FOUCAULT, 2008).

Dando continuidade a estes movimentos, o século XX, em especial após a Segunda Guerra Mundial, constituirá uma nova racionalidade de Estado, delineando outras qualidades e atitudes do que viria a ser o *cidadão*. O Capitalismo se reorganiza, expande suas fronteiras e se apresenta a partir de uma nova configuração, o chamado Capitalismo Mundial Integrado (CMI) que colonizou todo o planeta, nos forjando em seus modos de funcionar e controlar, num duplo movimento que abarcava o controle da produção de bens e relações sociais e a própria produção subjetiva, transformando-se numa “imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial, [sendo a] base na formação da força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo” (GUATTARI, 1985: 39).

Nesta perspectiva, este novo modo de funcionamento da máquina de Estado produz sob a máscara do “cidadão o consumidor” como aquele que se vincula prontamente à lógica capitalista na sociedade globalizada de controle, em que “[...] tudo e todos incluídos [...], marcados profundamente pelo modo indivíduo de subjetivação que afirma o consumo e a ascensão social como pré-requisitos de humanidade [...]” (MONTEIRO et al., 1998: 9). Constatamos que a razão neoliberal se caracteriza como, para além de uma ideologia, um tipo de política econômica, um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica capitalista a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (DARDOT; LAVAL, 2016). Nesta razão, o mercado se apresenta como uma realidade construída e não como dado natural, e, como tal, precisa da intervenção ativa do Estado.

A Empresa é promovida a modo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve gerir e um capital que deve frutificar, concorrendo com os outros também concebidos como empresas de si mesmos (DARDOT; LAVAL, 2016). Tal processo foi também evidenciado por Frigotto (2015), destacando como estas políticas acabam por incrementar uma lógica meritocrática que exalta e fabrica as capacidades individuais como condição de integração social.

Desta maneira, o indivíduo deve, como *capital humano*, empreender, criar. E não basta produzir. Deve, sim, participar e colaborar para o melhor funcionamento do sistema, que adquire um formato mais próximo e adequado às preferências expectativas dos cidadãos-consumidores-clientes-colaboradores. As mudanças antes não cogitadas hoje são ansiadas e incluídas como parte do processo de constituição, capaz de aprimorar os mecanismos de (re)produção (DARDOT; LAVAL, 2016; RESENDE; ROSA, 2016).

Esta produção subjetiva do mercado, que culmina nos sujeitos empreendedores de si, também faz da razão neoliberal uma verdadeira razão do mundo, que corrói inclusive os fundamentos da própria democracia neoliberal, reduzida a um modo técnico de designação de seus governantes, tendo a “boa governança” como assunto recorrente nos discursos das práticas gerenciais (DARDOT; LAVAL, 2016).

Passeti (2004) ressalta que hoje estamos na era da convocação à participação, incorporando os ditos sustos e insurreições, reorganizando as estratégias de contenção que redimensionam a representação numa nova gama de direitos, suprimindo os específicos direitos sociais, anteriormente conseguidos. Como aponta Acácio Augusto (2012: 34), a participação é “[...] a palavra mágica da democracia contemporânea [...] que [...] confere autoridade de forma democratizada [...] ao manter exatamente a necessidade de um julgamento, de uma sentença, agora produzida de maneira coletiva, democrática, inclusiva e participativa”.

Caminhamos (re)vestidos de nossa “razão cínica” (HECKERT, 2017), que reitera que o “bem-estar da coletividade” (HECKERT, 2017) justifica a produção cotidiana da miséria, da profunda desigualdade, do uso da violência como meio para que determinadas vidas sejam preservadas, sob o extermínio legitimado de outras de pouco ou nenhum valor, que sustenta discursos de que os pobres só continuam pobres, pois não se “reinventam” e não se atualizam nas novíssimas competências e habilidades tecnológicas (HECKERT, 2017).

Mas, como já havia nos alertado Foucault (1979), o poder circula nas relações que (se) constituem entre indivíduos, grupos, organizações, e outras forças de dissidência e resistência vêm se insinuando em nossa realidade, inventando outras formas de subjetivação alternativas ao modelo da “empresa de si” (RESENDE; ROSA, 2016). Resistência pode ser compreendida numa relação de oposição ou reação a algo, mas Foucault (1999) propõe que a noção de “resistência” está relacionada com as relações de poder. Não são anteriores nem exteriores a elas, na realidade as resistências são tão móveis e produtivas quanto o poder. Elas acontecem em meio a estas relações de poder numa possibilidade permanente de criação de espaços de luta e transformação da realidade. Heckert (2004) aposta na *resistência* como exercícios de invenção

praticados pelos sujeitos diante das imprevisibilidades e impasses da vida cotidiana, seja na escola, nos espaços decisórios, etc. Diante das regras instituídas, os sujeitos criam outros modos de viver que escapam aos modos sacralizados e naturalizados.

Nesta direção, novas expressões da participação, de forma direta, “[...] produzida pela multidão que tomou as ruas das cidades nas conhecidas jornadas de 2013, [...] marcada pela heterogeneidade de demandas e formas” (DAROS, 2016: 18), nos trouxeram contundentes “[...] reflexões e contestações acerca das supostas democracias representativas e participativas, que operam na esfera do liberalismo político” (AUGUSTO et al., 2016: 31) e fizeram uso de outras tecnologias políticas como as de informação e comunicação, apontando para outros modos de resistir e participar, que recusam o jogo político da participação via representação, afirmando uma atitude política de recusa da ordem social instituída (AUGUSTO; RODRIGUES, 2014). Formas inusitadas que emergem num novo espaço público brasileiro (BOSCO, 2017) que se inaugura a partir do uso das redes sociais, com maior potencial democrático que o espaço público tradicional. Neste sentido, as forças que se apresentam “[...] enunciam insuportáveis que produzem situações inéditas” (PASSETTI, 2013: 35), apontando que a invenção de novos possíveis não se confunde com o presente da democracia ou das supostas revoluções (TOTORA, 2006).

Nesta composição de diferentes forças e elementos a noção de *cidadania* vai sendo engendrada na confluência de elementos político-subjetivos em conexão na sociedade brasileira. Desde os sentidos liberais europeus, que forjaram o modelo de funcionamento do Estado Democrático de Direito que ainda é (re)conhecido-produzido por nós e prevê limitações ao poder individual e coletivo, hoje lidamos com um projeto político estabelecido e regulamentado por meio da razão governamental neoliberal (FONSECA, 1997; RESENDE; ROSA, 2016). A ideia de uma “vontade” de cidadania ressentida e esperançosa de uma Cidadania, que precisa ser ‘resgatada’, ‘plenamente alcançada’, que busca ‘dar voz ao excluídos’ e ‘garantir a participação de todos’ acaba por (con)formar e anestesiar nossos sentidos e demandas quando nos é dado um “pedaço de participação” (DUARTE, 2019) em meio ao processo de gerenciamento neoliberal das políticas!

Preferimos seguir Fonseca (1997) e apostar na cidadania como um conjunto de práticas que suscita entre outros exercícios de *participação* a emergência do *cidadão-que-participa* como parte de um processo de fabricação e reprodução de certo tipo de subjetividade. Reiterando nossa escolha em relação ao conceito de cidadania como produção, não poderíamos deixar de mencionar os estudos de Suely Rolnik (1994), que nos convocam a colocar a

cidadania à sombra da alteridade, no intuito de repensarmos seus usos costumeiros em meio ao chamado “politicamente correto”.

Não devemos, nesse sentido, falar de participação nem além e nem aquém, tampouco ao lado, e sim como um modo possível de subjetivação, certo jeito de produzir condições de vida coletiva, relações cotidianas, sensibilidades, vontades, etc. que forjam o surgimento da(o) cidadã(o)-que-participa sociopoliticamente (FONSECA, 1997; GUATTARI, 1986).

Nesse percurso, seguimos com Resende e Rosa (2016: 41), que propõem a participação compreendida como “[...] tomar parte de processos decisórios, que é onde se alocam conflitos de interesse e disputas pelo exercício do poder”. O ato de participar pode se dar em meio às estruturas de gerenciamento estatais e de governo – a “participação molar” – como também nas relações sociais da vida cotidiana – denominada pelos autores como “participação molecular”.

Ao aproximar a produção de subjetividade, nestes exercícios de participação, reconhecemos que esses são atravessados pelas contingências, pelas tentativas de controle e capturas, em meio às disputas de forças e formas de liberações, deserções e resistências, engendrando seus mundos e rumos (RESENDE; ROSA, 2016).

Ao reconhecermos nossa realidade como dinâmica e movente, em que se produzem resistências e inflexões, vamos ao encontro das interferências, conceito-movimento de Neves (2004: 5) que se refere a “[...] algo qualquer que pode interferir em outro, sendo ele o que for, seja para transformar, seja para ratificar um funcionamento ou simplesmente para perturbar uma recepção”. Nesses caminhos, somos produzidos por uma multiplicidade de interferências “extensivas” (molares), que se apresentam em seus aspectos visíveis e quantitativos, e “intensivas” (moleculares) de caráter mais qualitativo ou invisíveis. Elas coexistem num mesmo movimento, como assinala Neves (2004). Não podemos pensá-las como “opostas” ou até mesmo valorá-las como “melhor” ou “pior”. Nossa análise deve ser sempre a partir das relações de força que as constituem, levando em consideração que se atravessam e deixam seus rastros e traços uma na outra. Devemos considerar também nossa implicação com as interferências e os efeitos que produzem, para daí avaliar se promovem, fazem fluir ou estagnam movimentos (NEVES, 2004).

Nesse sentido, as *interferências* que nos interessam falam de inquietações e desassossegos que nos acontecem nos muitos encontros que experimentamos e que nos forçam a nos movimentar, problematizar e abrir espaço para o intensivo em sua capacidade disruptiva e inventiva. Buscamos escapar de certos modos de pensar-fazer a *participação* prescrita, condicionada aos ritos e cartilhas do controle social na atual *gestão democrática*. Reafirmamos

nossa aposta na fabricação de *modos de participar*, que abram espaço para a problematização e reinvenção dos processos formativos e de gestão e, claro, os próprios processos de participar.

Os modos de participar, interferências e irreverências estudantis: *No Muro*, as vozes se expressam

Em nosso movimento de pesquisa, as conversações apontaram que os *modos de participar* se davam por vias institucionalizadas, como o grêmio estudantil e a representação de turma, e também por meio de outros mecanismos formais de participação existentes no Ifes. Outros *modos de participar* não institucionalizados também emergiram nas conversas com estudantes, mostrando as interferências que efetuavam no cotidiano do campus, como o jornal *No Muro*, um dos modos de participar que se efetua nas margens dos canais institucionalizados de participação, como compartilharemos a seguir.

Em nossas escapadas da sala, circulávamos pelo pátio e volta e meia íamos às salas do Ensino Médio Integrado. Em dos seus murais tivemos a sorte de avistar uma das edições de um jornal, chamado “*No Muro*, as paredes têm ouvidos, mas o muro tem voz”.

Seu nome, rico em polissemia e metalinguagens, faz menção aos muros que podem ter diferentes significados: desde o MURO que pode não ser visível, mas que aprisiona; passando por “sem ficar em cima DO MURO” ou usá-lo como meio para se expressar, se colocar, agir, criando outras realidades e interlocuções.

O jornal foi um projeto lançado pelo Grêmio Estudantil e sua produção foi encampada por estudantes que eram responsáveis por toda a concepção jornalística: desde a pauta, até as seções, fotos e entrevistas. A “sorte” que tivemos ao encontrá-lo nos acompanhou na longa saga de exatos seis meses para conversar com os estudantes, presencialmente e por e-mails, e conseguir o acesso às edições e posterior autorização para poder usá-las na pesquisa! Em meio a esse processo, ficamos a pensar nesta “saga” como um analisador⁶ deste *modo de participar*, desestabilizando esta autorização que achávamos que era *simples e imediata*, permitindo-nos entrar em contato com os possíveis efeitos que o jornal *No Muro* produzia.

O jornal se expressa *sorratamente* no Campus Serra, em suas interferências com humor e ironia, num exercício de diálogo com os estudantes anunciando o que vivem e pensam de diferentes modos. Na pesquisa tivemos acesso às cinco edições publicadas, que se apresentam com assuntos que fazem parte do cotidiano vivido pelos estudantes, muitas vezes delicados e “não-falados”, mas vividos na Escola. A cada edição percebemos que os temas se insinuam, trazendo nuances diversas de dizibilidade e visibilidade⁷ deste *modo de participar*

que se apresenta como um dispositivo⁸ que problematiza práticas machistas, de homofobia, tutela, controle, infantilização, que operam nos processos de formação e gestão naquela Escola de Educação Profissional e Tecnológica, como compartilharemos a seguir.

Sua edição nº 1 tinha a reportagem principal intitulada “Em véspera de halloween, professores são impedidos de ensinar bruxaria – Após orientação do setor Pedagógico a bruxaria deixa de ser ensinada por professores e as aulas voltam a ser puras como antes” (JORNAL NO MURO, 2018a). Esta edição foi a via usada para denunciar a tentativa de silenciamento da docente e dos assuntos tratados em suas aulas, frente à demanda de (alguns) familiares que buscam a preparação para o ENEM se contrapondo à abordagem de assuntos transversais ligados supostamente à ideologia e política, como se estes fossem descolados da Formação, ficando evidente certa captura pelos ideais do movimento “Escola Sem Partido”⁹. Ainda, denunciam processos de mortificação da Vida que atravessam a formação acadêmica, apresentados em cada seção do jornal de forma debochada, como podemos ver no “Meme da semana” (JORNAL NO MURO, 2018a) dizendo: “O ensino médio é fácil. É como andar de bicicleta, e a bicicleta tá pegando fogo e o chão tá pegando fogo e tudo tá pegando fogo porque você tá no inferno”.

Já na segunda edição do jornal, os estudantes se dedicaram a denunciar as práticas de racismo e da (in)visibilidade da consciência negra, na forma como o campus se implica nesta luta, trazendo a reportagem de capa: “Campus bate recorde de zero eventos relacionados ao mês da consciência negra” (JORNAL NO MURO, 2018b). Ao longo de toda a edição nos fazem analisar os efeitos danosos de nossas práticas racistas e discriminatórias, que estão muitas vezes incorporadas aos nossos modos de agir, falar e se relacionar nos diferentes espaços onde circulamos, seja na escola, em casa, nas ruas ou nas mídias sociais. O racismo estrutural permeia e engendra práticas de formação e de gestão do campus, define epistemologias que serão legitimadas e outras que nem sequer ganham existência, se explicita no quantitativo de alunos que se autodeclararam negros e no quantitativo exíguo de docentes negros, é legitimado com silêncios e permeia as relações econômicas, políticas, familiares, jurídicas e culturais, entre outras dimensões da vida social.

Já na terceira edição, partem da pergunta “Os micro-ondas estão funcionando hoje? Restaurante bate recorde de fila de espera toda segunda-feira” (JORNAL NO MURO, 2019a) e trazem à cena uma problemática vivenciada por toda a Comunidade Acadêmica, que é a rotina de alimentação. Desde sua criação, como o Campus Serra fica meio isolado de uma região de serviços e comércio sem que estudantes e trabalhadores possam se deslocar para fazerem refeições e lanches fora do espaço da escola, foi necessária a abertura de processo de licitação

para que uma empresa assumisse a oferta de lanches e refeições no interior do campus. Essa situação limita as possibilidades de alimentação, já que ficamos restritos aos serviços deste restaurante/lanchonete ou levamos nossa própria comida e usamos a sala de alimentação, que conta com geladeira e somente três micro-ondas que ficam sobrecarregados no uso de todos os estudantes do Campus. Abordam ainda nesta edição os processos formativos e os modos como a gestão vem sendo feita, seja ampliando-a ou não na divertida e irônica coluna “Divirta-se com a beleza de Raquel” (JORNAL NO MURO, 2019a), que apresenta perguntas e respostas “feitas” pela cadelinha Raquel, adotada pelo Campus Serra extraoficialmente. Raquel toca nas práticas acadêmicas, acabando por evidenciar uma lógica fatalista e conformista que permeia muitos espaços escolares que insistem em se manter com práticas formativas totalitárias. A obrigatoriedade do uniforme é abordada de forma irônica e bem-humorada, na reportagem intitulada “Alunos aguardam ansiosamente pela nova coleção outono/inverno do Ifes Obrigatoriedade de uniforme? Só se for com estilo DAHH!” (JORNAL NO MURO, 2019a). Este tema controverso vem sendo abordado de forma unilateral desde a abertura dos cursos de Ensino Médio Integrados.

Na quarta edição, os estudantes ocupam outro lugar e trazem uma edição inteiramente dedicada à mobilização estudantil e aos possíveis efeitos do corte dos recursos financeiros pelo Ministério da Educação em abril/2019, com a reportagem de capa “A educação pede socorro no pau de arara – entenda o corte e como ele afetará o Ifes – Campus Serra” (JORNAL NO MURO, 2019b).

Já na última edição trazem a reportagem de capa “Quando o seu motivo de orgulho não é bem-vindo... Entenda por que junho é o mês do orgulho LGBT e o que aconteceu antes da peça Cinderela ser realizada pelos alunos” (JORNAL NO MURO, 2019c). Esta edição evidencia os modos da gestão que se aliam aos padrões heteronormativos, vendo os que desviam dessa referência como “problema” que precisa ser disfarçado como forma de manter o padrão para evitar “macular” o Campus como “preconceituoso”. Dando continuidade às pílulas de ironia e problematizações, a reportagem “Cortes atingem as árvores do Ifes – Campus Serra: a falta de aproveitamento das áreas verdes no campus gera um protesto das pobres coitadas” (JORNAL NO MURO, 2019c) apresenta um diálogo com as árvores que estão imaginariamente protestando e explicita o modo como a formação e a gestão se organiza, inclusive nos usos das áreas verdes da escola. As árvores que foram subitamente cortadas se colocavam como alternativa de encontro e abrigo para produzir práticas de cuidado e saúde dos estudantes em meio à exaustiva rotina escolar. Já a reportagem “Homens desaparecem e são substituídos por mulheres na recepção do

Campus Serra” (JORNAL NO MURO, 2019c) traduz como muitas vezes as relações de gênero e machismo são vivenciadas na instituição, seja por meio de desrespeito e assédio vivenciados e “disfarçados” em gracejos e brincadeiras, ditos pelos homens, seja nas situações de desigualdade percebidas no número de servidoras, nas funções a elas delegadas e inclusive na falta de mulheres ocupando os cargos de gestão do Campus.

Assim, em meio às investidas e capturas da *gestão escolar democrática*, nosso percurso trouxe experiências extensivas e intensivas, apontando que as irreverências e interferências estudantis aconteceram atravessando o plano de constituição do formar, gerir e trabalhar no Campus Serra nas diferentes práticas e atividades que interligam o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Neste sentido, compreendemos que os processos de formação, gestão e trabalho são engendrados num mesmo espaço-tempo (HECKERT; NEVES, 2007) e os modos de participar, em sua multiplicidade de expressão, atravessam esses processos interferindo nas práticas cotidianas do Ifes. Estes modos de participar se lançam na “vida como potência de combate” (NEVES, 2002: 144), deixando pra trás os lugares garantidos na democracia representativa formal, com suas formalidades e prescrições, experimentando outras formas de “[...] fazer política, de educação e de convivência, usinando outras cidadanias [...]” (LINHARES; HECKERT, 2009: 12) rumo às práticas de liberdade e autonomia, potencializadas em diferentes direções e via de expressões e anseios dos estudantes.

Nas conversas com Dona Rosa e Marta, entramos em contato intensivamente com suas movimentações produzidas diante das desigualdades vividas, que germinam outros modos de viver, que florescem em novas atitudes e laços efetivamente comunitários e nos ensinam como acolher os diferentes modos de viver e habitar neste território de Serra, fazendo-o vivo e múltiplo em direção a condições mais dignas de vidas pra todos.

As interferências e movimentações se colocaram como forma de resistência aos ditames neoliberais impregnados nos jeitos de formar-gerir, apontando o exercício de outros possíveis na invenção de outra conduta para si mesmo e para com os outros. Falam de uma recusa ao autoengajamento, à corrida do bom desempenho, mediando outras relações no exercício da cooperação, compartilhamento e comunhão (DARDOT; LAVAL, 2016).

Aliado a isso, as conversas endereçadas e interessadas com os(as) estudantes deram pistas de que outros fazeres precisam ser inventados junto à Política de Assistência Estudantil (PAE). Os modos de participar evidenciaram os impasses e gargalos desta Política, como no binômio *vulnerabilidade social-condicionalidades* que legitima uma série de mecanismos de controle biopolítico, além de incrementar a nossa “escuta surda” (HECKERT, 2017), que os

uniformiza sob a forma de procedimentos e auxílios financeiros e, sobretudo, que retroalimenta uma formação-consumo conectada às forças produtivas empreendedoras de si. É vital que a PAE possa focalizar as questões étnico-raciais e o racismo estrutural que organiza o cotidiano do Ifes; as questões de gênero e de sexualidade que silenciam lugares das mulheres e delineiam modos de vida heteronormativos, na direção de abrir caminhos para que esta Política possa concretamente ser experimentada de forma “pública”¹⁰.

Dona Rosa, Marta e os/as estudantes em suas movimentações cotidianas evidenciam que a invenção de novas formas de transitar nos verbos da vida – viver, trabalhar, sentir e perceber o mundo (HECKERT; NEVES, 2007) – somente pode acontecer a partir da invenção coletiva, numa multiplicação e intensificação das contracondutas de cooperação, que promovem e trans-formam nossos fazeres e os processos de participação social e política.

Referências

ALTOÉ, Alini. *Trabalho docente: formação como experiência*. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

ALTOÉ, Sônia (org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.

ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisas*, São Paulo, n. 77, p. 53-61, maio 1991.

AUGUSTO, Acácio. Juridicalização da vida: democracia e participação. Anarquia e o que resta. *Psicologia e Sociedade*, v. 24, p. 31-38, 2012.

AUGUSTO, Acácio; RODRIGUES, Thiago. Política, participação e resistências na sociedade de controle: entre indignados e a antipolítica. *Pensamiento Propio*, v. 40, p. 227-250, 2014.

AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo Ornelas; RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. *Estudos de Sociologia*, v. 21, n. 40, 2016.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; FONSECA, Tânia Mara Galli da. Gestão escolar. In: AQUINO, Julio Groppa; CORAZZA, Sandra Mara (orgs.). *Abecedário: educação da diferença*. Campinas: Papirus, 2009. p. 164-168.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; PIMENTEL, Ellen Horato do Carmo. Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. *Revista Polis e Psique*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 3, 2012.

BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 561-571, 2005.

BOSCO, Francisco. O novo espaço público. *Revista Cult*, 6 abr. 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-novo-espaco-publico/>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Org.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAROS, Raphaella Fagundes. *Implicâncias e implicações de uma trabalhadora social: a participação social do PAC Favelas-RJ em análise*. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

DUARTE, Marcela Souza. Endereço essa carta à própria psicologia. In: HECKERT, Ana Lucia Coelho; LAURINDO, Cynthia Krüger Quinino Marciano (orgs.). *Cartas cartográficas: caminhos (im)possíveis*. Vitória: UFES, 2019. p. 69-73.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, 2005.

FONSECA, Denise Farias da. *Avessos de cidadania: um exercício analítico*. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. *Revista Trabalho Necessário*, Niterói, v. 13, n. 20, 2015.

GUARESCHI, Neuza; LARA, Lutiane de; ADEGAS, Marcos Azambuja. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o homo oeconomicus. *Psico*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 12, 2010.

GUATTARI, Félix. O capitalismo mundial integrado e a revolução molecular. Seleção, prefácio e tradução de Suely Belinha Rolnik. In: GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 211-226.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Cartografias do desejo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

HECKERT, Ana Lucia Coelho; NEVES, Cláudia Abbês Baeta. Modos de formar e modos de intervir: de quando a formação se faz potência de produção de coletivo. In: PINHEIRO, Roseni; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; MATTOS, Ruben Araújo de (orgs.). *Trabalho*

em equipe sob o eixo da integralidade: valores, saberes e práticas. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO, 2007. p. 145-160.

HECKERT, Ana Lúcia Coelho; et al. Movimentos sociais e educação: a luta por escola pública em Cariacica. REUNIÃO ANUAL DA SBPC. 58., 2006, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: SBPC, 2006.

HECKERT, Ana Lucia Coelho. Direitos humanos e gestão de políticas públicas: a razão cínica e a invenção de possíveis em terras capixabas. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, Vitória, n. 46, p. 15-25, 2017.

HECKERT, Ana Lúcia Coelho. *Narrativas de resistência: educação e políticas.* 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

HECKERT, Ana Lucia Coelho; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Trabalho em equipe e processos de formação: usando políticas de cuidado. In: PINHEIRO, Roseni; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; MATTOS, Ruben Araújo de (orgs.). *Integralidade sem fronteiras: itinerários de justiça, formativos e de gestão na busca por cuidado.* Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012. p. 209-227.

HECKERT, Ana Lúcia Coelho; PASSOS, Eduardo; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Um seminário dispositivo: a humanização do Sistema Único de Saúde (SUS) em debate. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 13, p. 493-502, 2009.

HECKERT, Ana Lucia Coelho; ROCHA, Marisa Lopes da. A maquinaria escolar e os processos de regulamentação da vida. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 24, n. SPE, p. 85-93, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Campus Serra. Coordenadoria de Registro Acadêmico. *Dados dos Estudantes do Ifes – Campus Serra regularmente matriculados no semestre 2019/2 gerados no mês de janeiro/2020 via Sistema Acadêmico.* 2020. Mensagem recebida por Cynthia Krüger Quinino Marciano Laurindo em 18 fev. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Pró-Reitoria de Ensino. *Política de ações afirmativas do Ifes elaborada pela Assessoria Pedagógica da Pró-Reitoria de Ensino.* 2018. Mensagem recebida por Cynthia Krüger Quinino Marciano Laurindo em 2018.

JORNAL NO MURO, Serra, n. 1, out. 2018a.

JORNAL NO MURO, Serra, n. 2, nov. 2018b.

JORNAL NO MURO, Serra, n. 3, mar. 2019a.

JORNAL NO MURO, Serra, n. 4, maio 2019b.

JORNAL NO MURO, Serra, n. 5, jun. 2019c.

LEMONS, Flavia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 353-357, 2009.

LINHARES, Célia; HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Movimentos instituintes nas escolas: afirmando a potência dos espaços públicos de educação. *Revista Aleph*, Niterói, n. 12, 1807, 2009.

MONTEIRO, Ana; COIMBRA, Cecília; MENDONÇA FILHO, Manoel. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 7-12, 2006.

NEVES, Claudia E. Abbês Baeta. Modos de interferir no contemporâneo: um olhar micropolítico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 56, n. 1, p. 2-19, 2004.

NEVES, Claudia E. Abbês Baeta. *Interferir entre desejo e capital*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Sonia Pinto de. *Uma análise micropolítica da formação de professores*: projeto e relatórios de pesquisa, ligados ao Núcleo de Estudos e Pesquisa de Subjetividade e Política, na linha de pesquisa Processos de Subjetivação e Instituições Sociais no período de 2002-2003. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

PASSETI, Edson. Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 151-160, 2004.

PAULINO, Vânia Seidler. *Articulação entre os atores sociais na década de 1980*: a constituição do projeto democrático participativo no município da Serra-ES. 2009. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

PEIXOTO, Edson Maciel. *Políticas de educação profissional e tecnológica*: a influência dos princípios de gestão democrática nas deliberações do CEFET-MG. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

RESENDE, Paulo Edgar da Rocha; ROSA, Pablo Ornelas. Participações contingenciadas e participações autônomas. In: KROHLING, Aloísio; FERREIRA, Dirce Nazaré de Andrade; OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon (orgs.). *Estado, cidadania e democracia na contemporaneidade*. Curitiba: Juruá, 2016. p. 7-211.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003.

ROLNIK, Suely. Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia. In: SPINK, Mary Jane Paris (org.). *A cidadania em construção*: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994. p. 157-176.

SANTA BARBARA, Isabel Scrivano Martins; CUNHA, Fabiana Lopes da; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Escola sem partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola "sem" partido*: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017. p. 105-120.

SERRA (Município). Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. *Empreender negro*: curso de Marketing Digital para jovens negras e negros. Serra, 2018.

TEDESCO, Silvia. As práticas do dizer e os processos de subjetivação. *Interação em Psicologia*, Curitiba, v. 10, n. 2, 2006.

TOTORA, Silvana. Democracia e sociedade de controle. *Verve*. São Paulo, n. 10, p. 237-261, 2006.

Cynthia Krüger Quinino Marciano Laurindo
Instituto Federal do Espírito Santo
E-mail: cynthiakqmlaurindo@gmail.com

Ana Lucia Coelho Heckert
Universidade Federal do Espírito Santo
E-mail: anaheckert@uol.com.br

1 O conceito-ferramenta interferência é utilizado neste artigo a partir dos estudos de Cláudia Abbês Neves (2002; 2004), que trata das relações de forças que podem interferir seja para perturbar ou ratificar um dado funcionamento, intimamente relacionado à produção social da existência.

2 O Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), é composto neste estado por 22 campi, que ofertam cursos em diferentes modalidades e níveis, voltados à formação profissional e ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. O Campus Serra se situa na Região Metropolitana da Grande Vitória/ES e oferta desde cursos Técnicos e de Ensino Médio Integrado até cursos em nível de Mestrado nas áreas de Automação Industrial e Informática.

3 O conceito “empreendedorismo de si” é citado por Daros (2016) e faz contraponto ao “cuidado de si” proposto por Foucault, provocando nossa reflexão quanto à forma como este “cuidado de si” tem sido ditado pela lógica empresarial neoliberal

4 A Política de Ações Afirmativas foi fruto de grandes tensionamentos e de luta do Movimento Popular, que se materializou em Leis, Normativas e ações que desde 2012 no Ifes vieram a ampliar o acesso dos estudantes oriundos de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas e agora, mais recentemente, o acesso das pessoas com deficiência (INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2018).

5 O coletivo de que falamos acontece no plano de coengendramento de indivíduos-mundos e também dos modos de formação, gestão e de participação, que estão intimamente ligados à constituição da dimensão *pública* que perseguimos como exercício em meio às políticas da/na Educação (HECKERT; BARROS, 2012; ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005).

6 Analisador é um conceito-ferramenta da análise institucional e designa qualquer fato, fala, ação, evento, que permite colocar em análise as instituições, ou seja, práticas sociais que se tornaram normas, regras, hábitos. A este respeito, ver Altoé (2004).

7 Michel Foucault apontou que a produção da subjetividade tem relação estreita com a linguagem, de maneira que a realidade é produzida pelos discursos que têm natureza linguística, mas não menos real do que a realidade extradiscursiva. Como pertence ao plano das práticas, a linguagem acaba por constituir objetos e criar situações novas, tendo íntima relação com a produção do mundo, em que o saber opera por meios da visibilidade e da dizibilidade e o poder é a força que se exerce como estratégia sempre em relação com outras forças (LEMOS et al., 2009; TEDESCO, 2006).

8 Compreendemos que “[...] um dispositivo se destina a produzir movimentos, deslocando processos naturalizados, colocando em análise as condições de emergência de concepções já reafirmadas [...]” (HECKERT et al., 2009: 501).

9 Atuando desde 2004, o Movimento Escola sem Partido ataca princípios históricos no campo da educação pública. Partindo de uma suposta neutralidade do ato educacional, visa a “[...] combater o uso do sistema educacional para fins políticos, ideológicos e partidários e defender o direito dos pais dos alunos sobre a educação moral de seus filhos. Atua em diferentes frentes e para isso faz uso constante das mídias sociais e ‘orienta’ as famílias que se sintam lesadas pela prática de ‘doutrinação político-ideológica’, a processar professores e/ou escolas por danos materiais e morais sofridos, bem como elaborou e disponibiliza modelos de anteprojeto de lei estadual/municipal, que preveem a afixação nas salas de aula de cartaz contendo deveres do professor para que o ‘aluno saiba que tem o direito de não ser doutrinado por seus professores’” (SANTA BÁRBARA et al., 2017: 106).

10 Compreendemos público como um exercício ético-político que busca a ampliação da coletivização das ações, com participação social e política, em meio aos processos de gestão das políticas estatais e de governos estabelecidas, considerando as demandas e necessidades dos sujeitos envolvidos (BENEVIDES; PASSOS, 2000; BARROS; PIMENTEL, 2012).